

Atividade: Processo judicial tributário simulado

1. Descrição da atividade

A atividade "Processo Judicial Tributário Simulado" está sendo realizada no âmbito do projeto de novas metodologias de ensino desenvolvida pelo curso de Direito das Faculdades OPET. Este projeto visa buscar novas formas de ensino que saiam da tradicional aula expositiva e passem a utilizar metodologias de ensino mais dinâmicas que tornem a aprendizagem um processo mais eficiente, prazeroso e alinhado com as atuais exigências profissionais do Direito.

A atividade em questão inspira-se na metodologia denominada "gameificação", que é o uso de jogos (games) como forma de simular a realidade. Por este processo os participantes competem entre si em uma situação que simule a realidade, permitindo o conhecimento desta de uma maneira mais próxima do que a mera exposição. Este processo também permite aos alunos participar de situações em um ambiente em que eventuais erros não terão consequências maiores que uma avaliação ruim.

Com base nestas premissas surge esta atividade, em que será simulado um processo judicial tributário, com grupos de alunos atuando como as partes do processo. Um mesmo grupo de alunos irá, em um processo, desempenhar o papel do advogado do contribuinte, e em outro processo, desempenhar o papel do procurador que representa a Fazenda Pública.

O coordenador da atividade (professor responsável) atuará como juiz das causas, julgando as peças e pedidos realizados pelos alunos. Este julgamento já servirá como correção do trabalho realizado pelos alunos, indicando quais os acertos e erros na condução do processo.

Nesta atividade a simulação será adstrita aos ritos de 1º grau de jurisdição comuns na área tributária. Metade dos processos será de execução fiscal, em que o processo se iniciará logo após a citação inicial, com os alunos tendo que elaborar a peça de defesa do processo. A outra metade dos processos será de casos de contestação do crédito tributário ou questões relacionadas com a negativa do Fisco na prática de atos administrativos. Nestes casos os alunos iniciarão com a formulação da petição inicial da ação cabível com base em uma descrição do caso formulada por escrito.

Em todos os casos os alunos que participaram no início com um tipo de processo irão contestar outro tipo de processo, contra um grupo de alunos diferente daquele do primeiro processo.

Ao final, será dada uma decisão final (sentença ou decisão interlocutória) em que uma das partes será a exitosa no processo.

2. Participantes e organização

Coordenador: Érico Hack (professor da disciplina). Atuará como julgador das causas e fará a correção das participações dos alunos.

Participantes: Alunos cursando Direito Tributário II na turma do 8º período A e C, 2º semestre de 2014.

Organização: Os alunos deverão se organizar em oito equipes.
A turma 8ºC deverá formar 8 equipes com 8 alunos no máximo em cada equipe
A turma 8ºA deverá formar 8 equipes com até 9 alunos.
Não será permitida a realização do trabalho individualmente, todos os participantes deverão se integrar a uma das 8 equipes. As equipes não deverão ultrapassar o número máximo de inscritos. Os alunos deverão procurar as equipes com vagas.

3. Regras da atividade e forma de desenvolvimento

A atividade se desenvolverá de acordo com as seguintes regras:

- a) Será fornecido aos grupos uma descrição do caso, que poderá ser acompanhada ou não de documentos fornecidos pela parte a ser representada no processo. Nas hipóteses de execução fiscal os grupos receberão um processo já autuado com inicial e CDA, além de informações fornecidas pela parte executada. Nas outras hipóteses os alunos receberão descrição e documentos da parte a ser representada, devendo formular a petição inicial cabível e protocolar no sistema.
- b) As manifestações a serem elaboradas pelos grupos deverão basear-se apenas nas informações e documentos existentes no processo recebido. Não será permitido a criação de informações ou documentos por parte dos grupos.
- c) Serão designados prazos processuais para as manifestações dos grupos. Estes prazos serão designados para o processo simulado, não sendo aplicáveis os prazos da legislação processual em vigor. A não observância dos prazos designados pelo sistema acarretará nas consequências processuais previstas na legislação.
- d) É de responsabilidade dos grupos a pesquisa, elaboração e protocolo das manifestações necessárias ao cumprimento das exigências do processo. A elaboração de tais manifestações independe das aulas teóricas dadas em sala de aula.
- e) O processo simulado se desenvolverá na forma da legislação processual vigente no Brasil, só sendo esta dispensada quando expressamente disposto no processo simulado ou quando conflitarem com as regras deste regulamento. Casos omissos serão decididos pelo professor de acordo com a situação concreta.

4. Cronograma

- 1. Data para formação dos grupos e sorteio dos processos: 21/10
- 2. Início da atividade (disponibilização das informações e abertura do sistema): 22/10
- 3. Prazo para apresentação da 1ª manifestação: 29/10
- 4. Sorteio do processo a ser contestado: 29/10
- 5. Prazo para apresentação da resposta à 1ª manifestação: 5/11
- 7. Prazo para decisão final: 7/11
- 8. Comentário sobre os processos e análise da atividade: aula de 7/11 (noite) e 10/11 (manhã)
- 9. Divulgação da avaliação final da atividade: 14/11

5. Plataforma

O processo se desenvolverá com a utilização da funcionalidade de fórum disponível no Conexão OPET (moodle). Dentro do sistema os alunos serão reunidos em grupos de acordo com a organização acima colocada. O acesso à plataforma se dá pelo aluno online, no mesmo espaço onde são disponibilizados os materiais da disciplina.

Toda a atividade se desenvolverá por meio eletrônico na plataforma do Conexão OPET. Não será aceito o desenvolvimento da atividade por outro meio que não o aqui descrito.

6. Avaliação

No 2º bimestre a turma participante da atividade tem 9,0 a serem atribuídos pelo professor, já que 1,0 é resultado da participação no TI promovido pela faculdade.

Dos 9,0 atribuídos pelo professor, 7,0 corresponderão à prova bimestral, 0,5 referente ao trabalho em sala realizado em data a ser designada e 1,5 será pela participação nesta atividade.